



O COLÉGIO DA POLÍCIA MILITAR DA BAHIA E A FORÇA DAS TRADIÇÕES (1957-1972)

Andréa Reis de Jesus*

Investigar aspectos do ensino ministrado no Colégio da Polícia Militar da Bahia ao longo da trajetória histórica compreendida entre a sua criação (1957) e o ano em que sua organização e seu funcionamento foram reelaborados (1972), constitui o objeto desse trabalho. Nesse sentido analisaremos como, através da instituição de valores e símbolos, o Colégio da Polícia Militar da Bahia consolidou sua presença no panorama da educação baiana e estabeleceu uma relação com a sociedade do período.

Em um primeiro momento trata-se de analisar as práticas, normas e condutas da instituição, para tanto faremos uso do conceito de cultura escolar, o qual nos permite apreender as especificidades do ensino militar. De acordo com o historiador Dominique Julia, cultura escolar pode ser definida como:

[...] um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização) [...] (JULIA, 2001, p.10)

A partir desse pressuposto, o currículo com todo o corolário das disciplinas escolares, valores e representações deste, engendram uma série de práticas que proporcionam a transmissão e a incorporação de conhecimentos. Numa escola militar a cultura escolar ganha o reforço das tradições cultivadas no espaço militar. Desse modo, as normas, as práticas, as condutas das instituições militares, sobretudo do Exército, influenciaram, de maneira marcante, as escolas militares brasileiras.

Antes de investigarmos a cultura escolar que marcou um período da trajetória do Colégio da Polícia Militar da Bahia cumpre realizar um panorama da relação entre militares e educação, de modo a revelar momentos decisivos que impulsionaram o ensino militar no Brasil, como por exemplo, em 1810 com a criação da Real Academia Militar pelo príncipe regente Dom João. A formação em engenharia deveria abranger a habilitação de oficiais em

* Governo do Estado da Bahia, Mestre em Educação.

engenharia e artilharia, geógrafos e topógrafos. Segundo Castro (1990) “o curso da academia não era considerado, nessa época, indispensável para o ingresso no oficialato e para ascensão na hierarquia militar” (p. 106). No entanto, em 1833, houve uma tentativa de militarizar a instituição através da organização de um comando e de um novo regime militar.

Em 1855, passou a funcionar a Escola de Aplicação do Exército, destinada a oferecer a instrução prática a oficiais e praças. Em 1858, o curso de formação de oficiais dividiu-se em duas escolas, a Escola Central, no Largo de São Francisco e a da Praia Vermelha (Escola de Aplicação). Finalmente, em 1874 a Escola Central deu origem à Escola Politécnica e o monopólio do ensino militar passou para a Escola Militar da Praia Vermelha. Já na República, a Escola se dividiu entre o Rio Grande do Sul e o Rio de Janeiro e em 1911, as duas escolas foram reunidas no Realengo.

O Exército também marcou presença no âmbito do ensino das primeiras letras com a criação, em 1822, de uma escola destinada a esse fim dentro do arsenal do Exército (Alves: 2002). Além do ensino elementar, o exército ocupou-se também do ensino secundário. Primeiro com o curso preparatório de três anos criado em 1874, “um verdadeiro curso secundário” (Alves, 2002, p. 139), depois com a criação em 09 de março de 1889, do Imperial Colégio Militar. Essa instituição destinava-se aos filhos dos militares e os alunos provenientes do colégio teriam preferência para ingresso nas Escolas Militares.

A intervenção dos militares na educação remonta, de forma mais efetiva, ao início da República quando as Forças Armadas formularam seu projeto educativo. No entanto, foi a partir da década de 30 do século XX que o Exército procurou influenciar o campo educacional brasileiro com vistas à construção da nacionalidade. Para tanto, a educação no próprio Exército assumiu a função de disciplinamento que com o tempo substituiu os velhos e ultrapassados castigos físicos por disciplinas como a educação moral e cívica, familiar, religiosa e nacionalista, de modo a garantir a ordem propugnada pelo Estado e pela Igreja:

Assim fazendo, o Exército elabora ao longo do tempo uma pedagogia que irá inspirar posteriormente a educação da infância e da juventude fora dos quartéis. O conteúdo dessa pedagogia era a inculcação de princípios de disciplina, obediência, organização, respeito à ordem e às instituições. (SCHWARTZMAN et. all, 1984 p.67)

Sobre o ensino na Polícia Militar da Bahia, trataremos de esboçar alguns aspectos. A Polícia Militar baiana foi criada oficialmente por decreto Imperial no dia 17 de fevereiro de 1825 e “surgiu nos rescaldos dos movimentos revolucionários consolidadores da Independência do Brasil na Bahia” (POLÍCIA MILITAR DA BAHIA: 150 anos, 1971, p.33). Em diversos momentos significativos da história baiana houve a participação da Polícia Militar como na Sabinada, na luta contra o Cangaço, na Guerra do Paraguai, bem como, na Campanha de Canudos.

Desde a sua criação em 1825, a Força Policial baiana vinha se preocupando com a formação e a instrução profissional da tropa. Essa formação seguia o modelo de instrução do Exército e era ministrada nas companhias do Corpo de Polícia pelos respectivos oficiais. Para entender como ocorreu o processo de profissionalização dos policiais baianos, recorreremos à obra 150 da POLÍCIA MILITAR DA BAHIA:

A instrução inicialmente ministrada na Polícia Militar (então denominada Corpo de Polícia) era exclusiva para a tropa e sua implantação data de março de 1850. Não se sabe exatamente o tipo de instrução então ministrada, mas acredita-se que era a mais elementar possível, e visava apenas dar aos soldados as noções preliminares da sua função policial-militar e dos princípios de hierarquia e disciplina, sendo calcadas nas Ordenanças (nomes dados aos regulamentos de instrução militar) que vigoravam para o Exército. (150 da POLÍCIA MILITAR DA BAHIA, 1971, p. 157).

A formação do policial era básica, restringindo-se a noções elementares dos princípios da caserna e o manuseio de armamentos. A partir de 1920 ficou estabelecido para os recrutas aulas de policiamento, ginástica e tiro. Para os sargentos, cabos e soldados instrução de policiamento e ginástica.

Com a criação do Centro de Instrução Militar em 31 de dezembro de 1936, a Polícia Militar deu um novo impulso à formação dos quadros de oficiais na Instituição. Em contraste com a antiga e precária formação profissional, o Centro de Instrução Militar iria “dotar a polícia de um novo padrão por assim dizer, no qual estivesse estabelecido normas e condutas de seleção, promoção, hierarquia [...] e que só foi possível com a criação do CIM e, posteriormente, da Academia de Polícia Militar da Bahia” (JÚNIOR, 2005, p. 77).

Já a Escola de Formação de Graduados e Soldados recebeu esse nome através da Lei 933 de 21 de Dezembro de 1957, porém ainda permanecia vinculado ao Centro de Instrução. Somente em 1959 desmembrou-se e passou a funcionar na Vila Policial Militar do Bonfim

como uma unidade autônoma. No ano de 1967, “passou a chamar-se Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Graduados (ESFAG). Em 1976 recebeu nova denominação, Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP)” (Manual do Aluno-CFAP, s/d, p. 4). Continuando a trajetória em busca do aperfeiçoamento da instrução entre seus membros foi criado em 1957 o Colégio da Polícia Militar.

Colégio da Polícia Militar da Bahia: a força das tradições

O Boletim Geral da PM datado do dia 09 de abril de 1957 tratou das inaugurações que ocorreram como parte das comemorações do segundo ano de governo de Antônio Balbino. Assim, às onze horas foram inauguradas a “pedra fundamental” do futuro Colégio da Polícia Militar e a Sede do Clube dos Oficiais. (BG/O, de 06/04/ 1957, p. 413-414). Segundo depoimento de um ex-aluno e filho do primeiro diretor, a criação do colégio foi uma iniciativa pessoal do governador Antônio Balbino. Já que uma escola secundária do Exército havia sido criada em Salvador nesse ano, este achou que a Polícia Militar da Bahia deveria fazer o mesmo.

É importante salientar que o contexto histórico favoreceu a criação de escolas secundárias. No aspecto educacional, o período da chamada “experiência democrática”, entre 1945 e 1964, conheceu uma ampliação do ensino secundário no Brasil, ainda que essa expansão fosse conduzida pelos governos estaduais. São Paulo foi um exemplo de políticas públicas de expansão da rede escolar sob a gestão do controvertido Jânio Quadros. Na Bahia, em 1948 no governo de Otávio Mangabeira, Anisio Teixeira inaugurou quatro seções do Colégio da Bahia, única escola secundária pública, criada ainda no Império (1836). Quase dez anos depois, quatro novas seções foram criadas. Embora sofressem críticas dos especialistas da área de educação, em razão da forma precária e apressada do surgimento desses ginásios, é inevitável reconhecer que essas medidas contribuíram para iniciar o processo de

democratização do ensino secundário e, também, especialmente no caso de Salvador, descentralizar o ensino, distribuindo pelos bairros populares as oportunidades de estudo.¹

É possível compreender os projetos educacionais da gestão de Antônio Balbino por intermédio do seu perfil político, que sob a tutela do PTB de Vargas e,

[...] contando também com o apoio da esquerda, elegera governador o controvertido político populista Antonio Balbino, contra Pedro Calmon, quadro intelectual autonomista, do tradicional liberalismo baiano, candidato do PSD. Balbino realizou gestão inovadora, no aspecto administrativo – pioneira na introdução, sob liderança do economista Rômulo Almeida, de um sistema de planejamento no governo estadual - e afinada com o script nacional-desenvolvimentista da época, ao qual não faltava preocupação também com o que hoje se chama “inclusão social”, ingrediente raro em práticas governistas baianas. (DANTAS, 2004, p. 2)

Vale à pena salientar que a trajetória intelectual e política de Balbino estiveram sempre relacionadas à educação. Vale também ressaltar que, entre outros, foi um dos professores fundadores da Faculdade de Filosofia da Bahia e ministro da Educação e Saúde do governo Vargas. Assim, a criação do colégio da polícia baiana se inscreveu como um dos destaques da gestão de Balbino e mereceu a atenção da imprensa da capital. O principal jornal da época trouxe a seguinte notícia:

Conforme foi anunciado, a Polícia Militar promoveu ontem, às onze horas, na Vila Militar do Bonfim, o lançamento das pedras fundamentais do futuro Colégio da Polícia Militar e da sede do clube dos oficiais, tendo comparecido à solenidade, além de altas patentes das Forças Armadas aqui sediadas, Secretários de Estado e jornalistas [...] (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Salvador, 10 de abril de 1957, p. 4)

Embora o decreto fosse do dia 9 de abril, o Colégio funcionava desde o dia 18 de março de 1957 em duas salas do Centro de Instrução da Polícia Militar. Esse dispositivo legal também especificava que o ensino seria ministrado gratuitamente e que poderia ser oferecido aos filhos de civis, desde que as vagas não fossem preenchidas.

¹ Em 1947, foram criados em Salvador os primeiros ginásios públicos localizados nos bairros da capital: na Liberdade, o Colégio Duque de Caxias; em Nazaré, o Severino Vieira; em Itapagipe, o Ginásio João Florêncio e no Rio Vermelho, o Colégio Manoel Devoto. Em 1957 novos estabelecimentos surgiram: o ginásio Góes Calmon, em Brotas, a Escola Normal Alípio Franca, em Itapagipe, o Ginásio da Polícia Militar no mesmo bairro e no bairro de São Caetano, o Ginásio Pinto de Carvalho (REIS, 2011, p. 49-50)

Inicialmente o Colégio se organizou da seguinte forma: os alunos estavam sujeitos a instrução e a disciplina militar que abrangia a Educação Moral e Cívica e a Ordem Unida. Essas aulas eram ministradas em horários vagos. Um oficial (1º tenente) foi designado para ser o responsável pela instrução e pela disciplina militar. Os alunos foram enquadrados em uma companhia (CIA) especial sob o comando do referido oficial. Estava criado o embrião da seção responsável pela disciplina no interior da instituição: o “Corpo de Alunos” (C. A.).

No entanto, foi apenas no dia 1º de julho de 1958, na Vila Militar, que ocorreu a inauguração da sede da escola. A inauguração fez parte das festividades da Independência da Bahia, quando se realizou uma solenidade em que também foi inaugurada a sede social do clube dos oficiais. No discurso de inauguração, o comandante geral, Coronel Manuel da Graça Lessa, enfatizou o objetivo primordial da escola: “Que este Colégio Estadual da PM, forme brasileiros e soldados que nas emergências difíceis da pátria saibam honrar a Bahia e morrer pelo Brasil” (BG-E de 01/07/1958).

A construção das tradições no Colégio da Polícia Militar foi se estabelecendo através da instituição de símbolos, como o hino e o brasão e de práticas e ritos que incluíam a bandeira nacional. Para compreender essas práticas utilizaremos o conceito de Eric Hobsbawm sobre as “tradições inventadas”, que consideramos mais abrangente do que cultura escolar quando se trata de estudar especificamente escolas militares.

Não temos como precisar o que seja ou o que não seja um militar (LEINER: 1997), mas podemos fazer algumas aproximações a partir de traços característicos que possam favorecer essa identificação. A utilização de uniformes e armas, o corte de cabelo, posturas e gestos específicos revelam, pelo menos na aparência, o padrão de um militar, conforme consideram LEINER (1997) e ALVES (2002).

Para além da aparência dos militares, estamos também interessados nos valores tradicionais da cultura militar que contribuem para a formação do “espírito militar” ou na nossa perspectiva, das tradições militares. O papel das escolas militares para a formação da identidade e para a conservação da tradição militar já foi ressaltado em vários estudos sobre o tema (CASTRO: 2002). Com base nessas análises, podemos destacar como exemplo observável de patriotismo e conservação da tradição entre os militares, os rituais cívicos de

culto à bandeira nacional. A partir de 1961, a bandeira, como principal símbolo da nação, mereceu uma cerimônia própria:

Nesta data foram hasteadas, consoante aprovação do Sr. Coronel Cmt Geral, neste Colégio e em cumprimento a uma recomendação do atual governo do Estado, as bandeiras do Brasil e da Bahia, visando estimular nos alunos o gosto pelo civismo e pelo patriotismo, ensinando-os, desde cedo, a cultuarem, amarem e defenderem as bandeiras da Pátria e da terra Natal. (BI/O nº 60 de 6 de maio de 1961, p. 127)

Estava preparado o cenário para a representação daquilo que Hobsbawm interpretou como as tradições inventadas:

[...] conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado [...] (HOBSBAWM, 1997, p.9)

A rotina diária do hasteamento da bandeira trazia esse vínculo entre o passado heróico e o presente. No entanto, não deveria ser qualquer passado, mas um passado apropriado que remetesse aos bons exemplos que favorecessem a formação cívica dos alunos. A bandeira juntamente com o hino representa os símbolos nacionais mais evidentes (CARVALHO, 2009), assim era quase “natural”, que uma cerimônia especial destinada à bandeira se tornasse uma rotina entre as práticas que visavam o civismo e a conservação da tradição no colégio.

O brasão é outro símbolo carregado de significado militar. Trata-se de uma esfera com o globo terrestre no interior, com o nome do colégio em volta. No centro, os desenhos da espada e da pena simbolizam a frase de Ruy Barbosa: “A pena desbrava o campo à espada”.

O simbolismo da espada é mais uma mística das escolas militares. A entrega do espadim foi instituída pelo coronel João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, em 1930, quando assumiu a Escola Militar. Os cadetes que se formavam recebiam o espadim, “réplica em miniatura da espada de campanha desembainhada por Caxias no combate de Itororó, quando disse a frase: sigam-me os que forem brasileiros” (CASTRO, 2002, p. 23). A Polícia Militar da Bahia, assim como o Exército Nacional, também inventou suas tradições. O espadim Tiradentes foi adotado na Polícia Militar da Bahia em 1960 e simboliza “o ideal de liberdade

pelo qual foi justificado o Alferes de Milícias Joaquim José da Silva Xavier, protomártir da Independência da Pátria.” (MANUAL BÁSICO DO ALUNO OFICIAL, 1988, p. 63).

Os demais símbolos da escola são o hino, a flâmula e o estandarte, que representam as cores da bandeira da Bahia com o desenho do brasão simbolizando a escola. Como a vestimenta é o principal aspecto que denuncia a aparência dos militares, o uniforme que os alunos usavam era a calça caqui com a gandola (camisa) também caqui de punhos azuis, coturno e bibico (espécie de quepe). Em ocasiões especiais, como solenidades e desfiles, os alunos usavam uma cobertura especial para a cabeça, a barretina (quepe com um penacho na ponta). O uniforme representava a marca exterior da identidade militar, sua vinculação e identificação direta com a Polícia Militar do Estado da Bahia.

A hierarquia e a disciplina se faziam presentes de várias formas no estabelecimento de ensino. São depoimentos de ex-alunos e ex-funcionários que explicitam que o rigor da disciplina e da hierarquia se alterava de acordo com o comandante da ocasião. Para realçar a hierarquia, a escola construiu uma segunda escada de acesso ao andar superior. A primeira era restrita aos professores e oficiais e na documentação era denominada de “escada nobre”. A segunda era utilizada por praças e alunos. É importante observar que esse recrudescimento da disciplina ocorreu exatamente no início dos governos militares. No entanto, a hierarquia e a disciplina são os pilares de todas as instituições militares e era previsível que o Colégio da Polícia Militar construísse espaços e valores distintivos para a convivência entre os sujeitos.

Os anos de consolidação no cenário educacional de Salvador 1960/1972

Em 1970, o Jornal A Tarde noticiava:

Registro, com prazer, a projeção atual do CPM, estabelecimento conceituado no ensino do nosso Estado. Seu Cmt, Tem CEI Waldir Aguiar, vem fazendo uma administração digna de louvores, destacando-se pelos vários melhoramentos introduzidos no Colégio, muitos troféus conquistados em disputas esportivas, aprimoramentos das técnicas de ensino, criação do Curso Preparatório de Alunos (Pré-cadetes, etc). Conta igualmente o Colégio da Polícia Militar, com um Corpo administrativo e Professores a altura de suas tradições. (JORNAL A TARDE, 20/05/1970, p. 2)

Essa notícia elogiosa do jornal A Tarde revela que o CEPM ao longo da década de sessenta construiu uma história de prestígio no cenário educacional de Salvador. A criação de um colégio secundário ligado à instituição policial militar conseguiu alterar um pouco a imagem que a Polícia Militar da Bahia tinha do antigo “carrancismo” nas palavras de um ex-aluno. Os boletins da década de 1960 estão repletos de informações sobre a participação do colégio em alguma festividade da comunidade. Desde as já tradicionais participações no desfile da Independência da Bahia até apresentações de ginástica em um recém-inaugurado canal de televisão, sociedades beneficentes e até mesmo convite para que os alunos constituíssem a guarda de honra de um Concurso de miss, que se realizou em 3 de dezembro de 1961 no clube da Associação Atlética da Bahia.

Em 1961, o Colégio instalava o gabinete de física, química e história natural. Ao final deste ano o Colégio já contava com um quadro administrativo e um corpo de alunos muito bem estruturados: oito oficiais, quarenta praças, uma cirurgiã-dentista e uma professora. Outra conquista importante foi a instalação do Curso Primário em 1963, que funcionava anexa ao colégio.

Foi a partir da instalação do curso científico que o colégio da polícia militar se expandiu. A procura por matrícula aumentou significativamente, ao ponto do comando fazer a seguinte declaração:

Pelo Comando da Corporação já foram encaminhados ao Governo do Estado propostas de firmas construtoras para ampliações no Colégio da PM. Particularmente, uma nova ala para melhor situação das instalações pedagógicas e servir melhor a zona itapagipana. Todos os recursos foram postos em prática a fim de se evitar o que vem ocorrendo nestes últimos anos quando a procura de matrículas no CPM atinge a crise pela falta de salas de aula nos setores de ensino daquele estabelecimento. (DIÁRIO OFICIAL nº 7148 e 7149, de 17/18 /07/1965)

Podemos perceber que houve um crescimento intenso na década de 1960. Das duas salas emprestadas no primeiro ano de funcionamento, o colégio atingiu o número de 21 salas de aula em 1972. Vimos que em 1965 já se sentia a falta de recursos materiais para atender a clientela. Se a média de alunos por sala era de 20 na década de 1960, esse número atingiu a média de 32 em 1972.

A administração da instituição na década de 1970 tinha um desafio: harmonizar tamanha expansão e manter a qualidade de ensino. Ao longo dos seus sessenta anos de existência, o colégio da polícia militar se expandiu e diversificou a sua clientela. A entrada das mulheres na Corporação Policial Militar em 1989 influenciou a admissão de estudantes do sexo feminino, que passaram a compor o corpo discente a partir de 1994. Após 1998 o modelo de ensino foi expandido com a criação de novas unidades, ou melhor, com a transformação de vários estabelecimentos de ensino em colégios administrados pela Polícia Militar.

Acreditamos que o objetivo da criação desses colégios na atualidade seja muito diferente daquele que inspirou a criação do Colégio da Polícia Militar da Bahia em 1957, como são muito diferentes as duas conjunturas históricas. Entretanto, essa é uma questão para ser pesquisada. O que pretendemos ressaltar no momento é o crescente interesse da sociedade pelo ensino militar e dos pesquisadores pela história das escolas militares no Brasil. Partindo desse pressuposto, a história das instituições escolares de ensino militar têm muito a contribuir para a ampliação das fontes e abordagens no campo da história da educação e, especialmente, no campo da história militar.

Referências

ALVES, Claudia. **Cultura e política no século XIX: o exército como campo de constituição dos sujeitos políticos no Império**. Bragança paulista: EDUSF, 2002.

ARAÚJO, Dilton Oliveira de; MASCARENHAS, Maria José Rapassi (Orgs.). **Sociedade e Relações de Poder na Bahia: Séculos XVII – XX**. Salvador: Edufba, 2014.

BAHIA, DIÁRIO OFICIAL nº 7148 e 7149, de 17/18 /07/1965

Boletim Geral Ostensivo, de 06/04/ 1957, p. 413-414

BOLETIM GERAL EXTERNO de 01/07/1958.

BOLETIM INTERNO OSTENSIVO nº 60 de 6 de maio de 1961, p. 127

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

CASTRO, Celso. **A Invenção do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

_____. **O espírito militar: um antropólogo na caserna**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Salvador, 10 de abril de 1957

HOBBSAWM. Eric, RANGER, Terence. (ORGS.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1997.

JULIA, Dominique. **A Cultura Escolar como Objeto Histórico**. Revista brasileira de história da educação. São Paulo, nº1, p. 9-39, janeiro/jun, 2001.

JORNAL A TARDE, 20/05/1970

JÚNIOR, Nilson Carvalho Crusóé. **Da “Volante” à Academia: A Polícia Militar da Bahia na era Vargas (1930-1945)**. 2005. Dissertação. (Mestrado em História) Faculdade de filosofia e Ciência Humanas. Universidade Federal da Bahia. Salvador.

LEINIER, Piero de Camargo. **Meia volta-volver - um estudo antropológico sobre hierarquia militar**. Universidade de São Paulo, Dissertação de Mestrado, 1995.

MANUAL BÁSICO DO ALUNO-OFFICIAL. Salvador, Polícia Militar do Estado da Bahia, 1988.

MANUAL DO ALUNOCFAP. Salvador, Polícia Militar do Estado da Bahia. S/D.

NETO, Paulo Dantas. **Quebra da Casca do Ovo: A Elite Baiana e a Obra do Golpe de 1964**. Salvador, Versão ampliada inédita do texto publicado no jornal A tarde em 21.03.2004.

POLÍCIA MILITAR DA BAHIA: 150 anos da Policia Militar da Bahia. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1975.



REIS, Andrea de Jesus. **Colégio estadual da polícia militar - primeiros tempos: formando brasileiros e soldados (1957-1972)**. 2011. Dissertação. (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação da Bahia. Universidade federal da Bahia.

SCHWARTZMAN, S. et all. **Tempos de Capanema**. São Paulo/Rio, Edusp/paz e terra, 1984.